

IDEOLOGIA OU IDENTIDADE DE GÊNERO? OS EQUÍVOCOS CONSTITUTIVOS NAS PROPOSTAS CURRICULARES

Frederico Sidney Guimarães^a

RESUMO

Este artigo analisa os efeitos de sentidos sobre as questões de gênero nas propostas curriculares da conjuntura de 1997 e de 2014. Considerando o discurso como efeito de sentidos, os equívocos entre o discurso político e o teórico são entendidos como motivando o deslizamento dos sentidos de gênero. Gênero não será compreendido como um conceito teórico, mas como um acontecimento na história e no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: identidade de gênero; ideologia de gênero; currículos.

Recebido em: 08/05/18

Aprovado em: 07/09/18

Introdução

O currículo escolar pode ser foco de polêmicas por conta de demandas políticas para inclusão ou exclusão de conteúdos, ou seja, um grupo político em suas posições ideológicas demanda uma organização curricular que provoca a resistência de outros grupos políticos contrários a tal demanda. Metaforicamente, cria-se uma arena de disputas. O Estado, com seu poder institucional regulador e legislador, torna-se um sujeito capaz de se posicionar na legitimação ou não das demandas políticas. Esse artigo aborda, então, a questão de gênero como uma demanda política.

^a Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense.

Consideram-se os projetos de diretrizes e de bases curriculares como a arena de disputas entre diferentes discursos políticos que afetam diretamente o cotidiano escolar público brasileiro. Sendo assim, projetos curriculares, com base em suas regulações por uma base federal, afetam a forma de organização e de acesso aos conteúdos escolares em todas as instituições de ensino, com atenção especial ao ensino público por conta de sua garantia constitucional gratuita e obrigatória.

Nesse ponto, as demandas políticas envolvendo as questões de gênero na escola são analisadas em seus aspectos conjunturais de significação. As questões de gênero têm seus sentidos materializados em diferentes discursos que serão entendidos como posicionamentos políticos, pedagógicos e teóricos, cada um permitindo diferentes significados para o que se entende de “questões de gênero”. Não se trata, portanto, de um aprofundamento filosófico ou sociológico sobre o conceito de gênero, mas da diversidade de sentidos envolvendo a palavra gênero nos processos discursivos.

Por conta disso, “discurso” é considerado como “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, 1997, p.82 [1969]), filiando esse artigo às produções teóricas da Análise do Discurso iniciadas por Pêcheux (1997 [1969]) na França e Orlandi (1999) no Brasil. Desta forma, justifica-se esse artigo pela possível contribuição com as leituras teóricas sobre a relação entre processos discursivos e certezas ideológicas.

Os efeitos de sentidos, então, criam significados sobre gêneros. Tais significados não são fixos, nem estabilizados em seus respectivos posicionamentos discursivos. Sendo assim, tornam-se importantes as considerações conceituais de Pêcheux (1997 [1969]; 1995 [1975]) sobre a constituição do sujeito no discurso por meio de suas interpelações ideológicas e afetações inconscientes que sustentam a teoria materialista dos processos semânticos discursivos.

Discurso, como efeito de sentidos, depende de aspectos conjunturais históricos. A conjuntura histórica permite a existência de posicionamentos políticos e, portanto, de sustentação e circulação de sentidos sobre determinados temas e conceitos. O objetivo geral desse artigo é analisar a conjuntura histórico/discursiva das propostas curriculares de 1997, ano da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e de 2014, ano da publicação da lei 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024. Por meio dessa

análise, será possível uma leitura sobre os efeitos de sentidos das questões de gêneros. Tais efeitos não só corresponderiam a demandas e resistências políticas, como são, eles mesmos, influenciados por certezas ideológicas entendidas como imaginários (MARIANI, 1996, p.133). Isso permitiria a exclusão de sentidos nos documentos curriculares oficiais, seja por uma determinação política de exclusão, seja pela inexistência conjuntural do então efeito de sentido no período analisado.

Do objetivo geral, destacam-se dois específicos: 1- compreender de que maneira, por efeito de sentidos, as demandas políticas se equivocam entre o discurso teórico e o discurso político para determinar o sentido de gênero no discurso pedagógico. O equívoco será entendido como a premissa da própria inserção do sujeito na língua, e não será considerado um problema; e 2- Pelo próprio deslizar dos sentidos em seus equívocos, entender de que modo a questão de gênero se instaura como uma novidade desestabilizando os imaginários das demandas e das resistências políticas.

O *corpus* de análise foi constituído de recortes (ORLANDI, 1981, p.14) que formaram as Sequências Discursivas (SD) analisadas e numeradas. Os recortes foram feitos de textos em que se encontra a disputa por sentidos envolvendo o termo “gênero”. A seleção dos textos teve como pressuposto as demandas políticas e as legislações criadas por essas demandas, considerando a conjuntura histórica discursiva dos anos de 1997 e de 2014 a 2017.

Então, os textos selecionados são: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), introdução e temas transversais de 1997; o texto da Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2014; publicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 2015; e a legislação do Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE), determinando sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Os recortes se pautaram na associação dos termos “discriminação” com as formações linguísticas relacionadas com o termo “gênero”: “ideologia de gênero” e “identidade de gênero”.

No primeiro momento, abordam-se os conceitos teóricos da análise, por exemplo: formação ideológica; sujeito e processos discursivos. Em seguida, serão analisados os equívocos entre o político e o teórico como base para compreender o deslize do sentido de gênero para, por fim, analisá-lo como um acontecimento.

Palavras e seus sentidos como imaginários

A análise da conjuntura do termo gênero e suas formulações “ideologia de gênero” e “identidade de gênero” parte do pressuposto de que o sentido não é fixo, ou seja, há um processo de significação que mescla, no funcionamento discursivo/ideológico, um sentido à uma palavra. Segundo Pêcheux:

(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a **literalidade do significante**), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., **mudam de sentido** segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido **em referência a essas posições**, isto é, em referência **às formações ideológicas** nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1995, p.160 [1975]) (grifos nossos¹)

Desta forma, nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, o sentido depende da posição do sujeito no discurso, que, nesse caso, é determinado pelo que Pêcheux chamou de formação ideológica. Entende-se que há formações ideológicas específicas influenciando a certeza do significado de uma palavra pelo funcionamento da ideologia em sua diversidade de posições. Ao ser mobilizada a noção de formação ideológica, tem-se necessariamente a noção de posições² (discursivas), pois seria pela posição do sujeito inserido numa formação ideológica que os sentidos adquirem um caráter de evidência por si.

¹ Todos os grifos em negrito, nas demais citações, são nossos.

² Essa observação serve para demonstrar uma diferença entre “ideologia” e “formação ideológica”, pois a ideologia, em sua diversidade e contradição, permite diferentes formações ideológicas por meio de seus contextos históricos materiais.

Essa evidência por si, para Pêcheux, está na própria noção do sujeito no discurso. O sujeito seria constituído numa posição submetida à determinada formação ideológica para ter a certeza de si mesmo: “essa evidência da existência do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente, como vimos, em toda a filosofia idealista da linguagem, que é a evidência do sentido” (PÊCHEUX, 1995, p. 153 [1975]).

Com base nessa noção do sentido como uma certeza, pode-se compreender a noção de imaginário. Ou seja, a insistência e circulação dessas certezas ideológicas criam um imaginário capaz de alimentar a reafirmação dos sentidos de uma determinada formação ideológica, pois “esses sentidos, ao serem falados, textualizados, vão se engendrando e constituindo um **imaginário** próprio a tal formação social” (MARIANI, 1996, p. 133).

Na confrontação dos imaginários em diferentes posições discursivas, mobiliza-se o histórico que permite o “caráter material do sentido” (PÊCHEUX, 1995, p.160 [1975]). A história, em seu (dis)curso e disputa, seria a base material das conjunturas que propiciam a existências das formações ideológicas. Como as certezas precisam ser “discursivizadas”, ditas e reditas para sustentar um imaginário, é possível entender a junção da língua com a história no processo discursivo. Por esse caráter materialista da teoria do Discurso, Orlandi nos diz que “formular é dar corpo aos sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 9).

Tais certezas, por serem determinadas por conjunturas históricas e posições ideológicas, possuem o equívoco como condição própria constitutiva. O equívoco seria condição do sentido pela incompletude existente entre a certeza ideológica e o objeto a ser significado pela língua. A língua, submetida aos processos discursivos, não resolve essa incompletude e é, ela mesma, parte constitutiva desse deslizar dos sentidos por meio dos processos históricos/discursivos. Assim, pode-se compreender a afirmação de Mariani de que: “Pêcheux teoriza a incompletude do dizer e o equívoco, as falhas a que todo dizer está sujeito” (MARIANI, 2005, p. 14).

Isso explica a associação feita nesse artigo entre o equívoco e a significação. A menção a “discurso político”, “discurso teórico” e “discurso pedagógico” não procura delimitar fronteiras entre tipos de discurso. Como discurso é efeito de sentidos, e tais sentidos são determinados por formações ideológicas, o termo

“discurso político”, por exemplo, faz referência às demandas políticas e suas resistências com seus respectivos efeitos de sentido, que tomam corpo tanto nas demandas dos grupos politicamente militantes como nas legislaturas das instâncias políticas estatais.

O discurso teórico, por sua vez, faz referência ao efeito de sentidos produzido por teorias acadêmicas, com todo rigor teórico/metodológico exigido para a sustentação dos sentidos em questão. O efeito desses sentidos não deixa de influenciar outras posições discursivas, como os próprios discursos políticos e aquelas que configurariam os efeitos de sentidos postos em práticas ou debatidos nas escolas com seus discursos pedagógicos. Tantas posições, tantos efeitos que não poderiam deixar de se constituírem, exatamente, em equívocos presentes nos processos de significação das palavras.

Equívoco entre Discurso Político e Discurso Teórico

O equívoco entre os discursos político e teórico é entendido nesse texto como motivado pelos imaginários sustentados na circulação dos efeitos de sentidos em forma de evidência. A análise desse equívoco tem como base a seguinte SD:

SD1: a ideologia de gênero vai no caminho oposto e desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher. A introdução dessa ideologia na **prática pedagógica** das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias. (CONFERÊNCIA, 2015)

Trata-se da nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil destinada à votação dos Planos Municipais de Educação. O destaque no termo “ideologia de gênero” demonstra a polêmica das políticas públicas de educação a partir dos anos 2000 no Brasil. O grifo nesse termo tem sua importância pela sua circulação nas formações ideológicas dos discursos contrários ao estudo sobre as questões de gênero e sua extensão aos planos curriculares.

Entende-se, pela teoria da subjetividade da Análise do Discurso, que o sujeito se constitui no discurso (PÊCHEUX, 1995, p. 167 [1975]), e nesse

caso, ele se faz representar pelos significantes em relação a outros significantes. Assim, “ideologia de gênero” se constitui como um significante cujo sentido ganha corpo inicialmente no discurso dos sujeitos contrários à teoria de gênero. O termo significante corresponde ao pressuposto de que não se tratam dos significados desses termos, pois os significados não estão estabilizados. Trata-se, portanto, de como tais significantes podem representar os posicionamentos políticos em relação ao imaginário que se cria sobre as questões de gêneros.

A motivação do equívoco entre os discursos político e teórico é entendida nessa análise pelo efeito de sentido do termo “ideologia” em detrimento de “identidade” associado ao termo “gênero”. O significado desses significantes depende dos posicionamentos políticos por meio de como tais significantes estariam relacionados com outros significantes nas representações dos sujeitos constituídos no discurso. Como exemplo: “Ideologia de gênero” geralmente associada à formação ideológica contrária aos questionamentos das teorias de gênero nos currículos escolares e “identidade de gênero” associada à formação ideológica favorável à abordagem da teoria de gênero nas escolas.

Nos deslizos dos sentidos está o embate entre o político e o teórico. No discurso político, o termo “gênero” é compreendido como representando as demandas por equidade e por respeito às diversidades de identidades. Tais demandas são observadas nas propostas das discussões políticas do Conae de 2014.

SD2: Considerar na formulação de políticas para a educação, em todos os níveis, etapas e modalidades, as relações étnico-raciais, a discussão sobre **igualdade de gênero**, sobre orientação sexual e **identidade de gênero** como fundamentais à democratização do acesso, da permanência e da aprendizagem significativa. (Conae, 2014, p. 58)

Há, nesse caso, uma aproximação entre a demanda política curricular e a discussão teórica sobre as questões de gênero. O discurso teórico, nesse texto, é referente ao desenvolvimento das questões sobre “teorias de gênero”. Tal discurso, por sua vez, não contém uma solução sobre a definição de gênero, mas traz para a discussão teórica o desenrolar epistêmico sobre as

possibilidades de se compreender a diversidade das identidades de gênero pela dissolução do binarismo estático homem / mulher e feminino / masculino (BUTLER, 1990, p. 14).

Pelas menções dos termos “ideologia de gênero”, “teoria de gênero” e “identidade de gênero”, o mais marcante do equívoco entre o discurso teórico e o discurso político é a inexistência do termo “ideologia de gênero” nas propostas curriculares (PCN, BNCC, Conae 2014) e na legislação do PNE.

Com base nas circulações dos termos, esta análise permite concluir que “Ideologia de gênero” faria parte tão somente da formação ideológica do discurso político contrário às reflexões teóricas sobre gêneros. Por outro lado, a “identidade de gênero”, presente no discurso político e influenciada pelos termos conceituais da “teoria de gênero”, faria parte das demandas para a inclusão dessas questões nas propostas curriculares, conforme abordado na SD2.

Cabe, então, uma última consideração acerca do equívoco entre discurso teórico e político referente ao discurso pedagógico. Pela leitura do discurso pedagógico com base em Bittencourt (2004, p.45), permite-se entender a existência da discussão sobre a definição de disciplina e de matéria escolar. Nesse caso, faz-se referência à relação entre os saberes produzidos nas universidades e os saberes próprios da esfera escolar.

Entre uma transposição didática da área acadêmica para a escolar, há também a noção da matéria escolar possuir uma “entidade específica”, produzida no ambiente escolar. Ainda com base na leitura de Bittencourt (2004, p.38), isso significaria que os conteúdos não seriam decorrência apenas das teorias acadêmicas de referência, mas de valores próprios da escola. Entende-se, nesse caso, como o discurso político afeta tais valores, principalmente pelos imaginários (certezas discursivas ideológicas) que atravessam as diretrizes curriculares.

A relação entre a universidade e a escola, diante do exposto, ocorre com base nas divisões dos conteúdos e das séries curriculares. Os saberes da Faculdade de Letras, por exemplo, influenciariam as determinações dos currículos de língua portuguesa nas escolas, sem deixar de considerar a “entidade específica” dos valores escolares conforme ressaltado no parágrafo anterior.

Considerando o saber universitário como base de autoridade do discurso teórico, a inclusão das questões da teoria de gênero em projetos

curriculares alimentaria o equívoco entre o discurso político e o discurso teórico. Deve-se levar em conta que o próprio saber teórico sobre as questões de gêneros, além de não se enquadrar nos departamentos universitários como uma área de conhecimento, também não constitui consensos por estar relacionado com posicionamentos filosóficos, psicanalíticos e médicos considerados, muitas vezes, contraditórios (ALESSANDRIN, 2012, p. 103 e BALDINI, 2017, p. 17).

Apesar da demanda política favorável ao ensino com base na teoria de gênero propor uma abordagem escolar contra as discriminações à diversidade de identidades possíveis sobre gêneros, o documento da BNCC demonstra que a posição política contrária às questões de gênero conseguiu excluir o termo “identidade de gênero”.

O que teria permanecido do efeito de sentido da “identidade de gênero” se resumiu a indicações contrárias a formas gerais de discriminação, as quais estão expostas como competências dos seguintes componentes curriculares: ensino religioso; língua portuguesa e educação física.

SD3: Debater, problematizar e posicionar-se frente aos (sic) discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BRASIL, 2017, p. 433)

SD4: Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. (BRASIL, 2017, p. 83)

SD5: Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. (BRASIL, 2017, p. 219)

Duas observações se fazem necessárias:

1 - ao considerar a influência do discurso teórico no discurso político favorável à inclusão do debate sobre “identidade de gênero” nos currículos escolares, tal inclusão seria mais oportuna nos componentes curriculares de história e de ciências nos respectivos currículos. Essa observação se baseia no entendimento de que as “teorias de gêneros” possuem como um dos focos o questionamento do binarismo natural/cultural. Nesse caso, as divisões dos saberes no Ensino Fundamental que englobariam o discurso teórico/acadêmico seriam as matérias de ciências e história. Curiosamente, não há menção nem ao termo “identidade de gênero”, nem “ideologia de gênero”, o que motiva a segunda observação;

2 - deve-se considerar o silenciamento dos termos “identidade de gênero” e “ideologia de gênero” com a preferência do termo “discriminação” nas leis e documentos curriculares como uma inserção do discurso político contrário às questões de gênero e de sexualidade. Sendo assim, abre-se espaço para a próxima parte desse artigo que discorre sobre as discussões de gêneros como um acontecimento no discurso.

Gênero, um Acontecimento

Nessa parte do artigo, será feita a reflexão da maneira pela qual o termo “gênero”, referindo-se às questões de sexualidade, precisou ser excluído da BNCC. A necessidade de exclusão do termo está materializada na seguinte SD:

SD6: A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do Art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da ‘igualdade racial, regional, de **gênero** e de **orientação sexual**’, expressão substituída por ‘cidadania e na erradicação de todas as formas de **discriminação**. (BRASIL, 2014, p. 22)

Entende-se a presença do termo “discriminação” em detrimento do termo “gênero” como resultado das disputas por sentidos nos discursos políticos

favoráveis e contrários às questões de gênero. Isso permite compreender o funcionamento da política do silêncio considerada tanto local, a censura propriamente dita, como também o silêncio constitutivo, em que para dizer é preciso não dizer: “uma palavra apaga necessariamente as outras palavras” (ORLANDI, 2007, p. 24).

Procura-se abordar a ligação dos sentidos de “gênero” ao de “discriminação” contemplando os sentidos do discurso político representado pelo termo “identidade de gênero”, pois a proposta curricular materializada tanto na lei do PNE, como na BNCC, faz referência à tentativa de criar um respeito com as diversidades sexuais e com as identidades de gênero. Por outro lado, o efeito de sentido do termo “discriminação” atende também à demanda dos discursos contrários às questões de gênero pelo silenciamento dos termos “gênero” e “identidade de gênero”.

Entende-se, nesse caso, que o termo “discriminação” funcionou de forma neutralizadora de questões polêmicas envolvendo gêneros e sexualidades. Para explicar esse entendimento, faz-se uma comparação da conjuntura de 2014/15 com a conjuntura dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 que incluiu o tema “Orientação Sexual”. Se o termo “discriminação” em 1997 pôde representar um efeito de sentido motivado pelos sentidos de cidadania e de direitos humanos (PEREIRA & BAHIA, 2011, p. 62), a questão da sexualidade contou com uma problemática médica e social que impediu seu total silenciamento, conforme se pode ler no discurso de Altmann:

Enquanto nos anos 30 a discussão sobre educação sexual eclodiu na escola num momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas, atualmente a intensificação das preocupações com a orientação sexual na escola está vinculada à proliferação de casos de AIDS/DST e ao aumento de casos de gravidez entre adolescentes. (ALTMANN, 2001, p. 579)

O termo “discriminação”, portanto, contemplaria de forma geral as demandas do discurso político presentes nos objetivos gerais do ensino fundamental do PCN de 1997. No artigo que analisa a conjuntura das demandas por cidadania presentes na Constituição Brasileira de 1988

e dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos dos quais o Brasil seja parte, Pereira e Bahia (2011, p. 62) formulam: “dessa forma, mais do que nunca, há de se investir nas questões da educação sexual intencional e nela a diversidade sexual, entendida como um direito a todo cidadão. [...] Isso demanda, portanto, estratégias pedagógicas apropriadas”. A junção da noção de educação com direitos humanos permitiu um efeito de sentido que incluiu as demandas políticas de grupos minoritários, como expresso no PCN:

SD7: Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças [...] posicionando-se contra qualquer **discriminação** baseada em diferenças **culturais**, de classe social, de **crenças**, de **sexo**, de **etnia** ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997a, p. 69)

Entre 1997 e 2014, ano da lei do PNE2014/2024, o gênero se insere na conjuntura política como um acontecimento, ou seja: um “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Na relação entre o discurso teórico e político, esse acontecimento altera os efeitos de sentidos acerca das sexualidades e mobiliza novos sentidos e significantes das formações ideológicas contrárias, como foi o caso do termo “ideologia de gênero” analisado anteriormente.

O deslize do sentido do termo “gênero” nos anos 2000 pode ser entendido por causa da maior circulação do termo “transexualidade” como desvinculada da noção de sexualidade. O sentido da transexualidade, em 1997, não se havia distanciado das demandas políticas referentes à sexualidade. Em decorrência disso, há uma das razões da inserção do termo referente à transexualidade na sigla representativa dos movimentos em defesa dos direitos dos homossexuais: lésbica, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT) (FACCHINI, 2002, p. 93).

Na conjuntura de 2014, o sentido das transexualidades não mais designaria o transexual como uma característica de sexualidade (ALESSANDRIN,

2012, p. 219),³ mas sim como uma “identidade de gênero”, porque o sujeito identificado como transexual tem também sua própria “orientação sexual”. Isso quer dizer que não há ligação direta entre a sexualidade e a transexualidade, pois uma Mulher *trans*, por exemplo, pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual⁴ independente do gênero com o qual ela se identifica.

Tendo em vista esse aspecto conjuntural, podem-se perceber dois silêncios do termo “identidade de gênero”, tanto em 1997 como em 2014. Tais silenciamentos não deixam de representar as conjunturas político-ideológicas dos dois períodos em questão. Enfatiza-se que o contexto das formações ideológicas nos sentidos defendendo a noção de gênero em 1997 não era o mesmo do contexto de 2014. Em 1997, não haveria o sentido do termo gênero desvinculado das questões de sexualidade, mas sim como referente ao imaginário do papel social diferenciado entre homens e mulheres:

SD8: Discussão sobre **gênero** propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. (BRASIL, 1997b, p. 28)

A análise da conjuntura de 1997 propõe o entendimento de que as demandas políticas dos movimentos sociais favoráveis à diversidade sexual polemizavam sobre o termo “homossexualidade”. Por outro lado, tais demandas conseguiram ser representadas pelos termos “cidadania”, “orientação sexual” e “diversidade”. Nas palavras de Altmann (2001, p. 581): “Ainda que o documento admita manifestações diversificadas da sexualidade, ele não problematiza a categoria sexualidade sob o ponto de vista de sua constituição histórica, da mesma forma que em relação a outras categorias, como homossexualidade e heterossexualidade”.

³ Não se procura datar a separação entre transexualidade e sexualidade, mas ressaltar a discursividade desse sentido numa conjuntura de disputas políticas. Nessa conjuntura de 2014, a transexualidade ainda é entendida como patologia no discurso médico, expresso na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

⁴ Ou qualquer outro termo que possa existir para tentar designar alguma orientação sexual.

Sem anular as polêmicas do período, é possível compreender o termo “orientação sexual” como uma tentativa de neutralizar as polêmicas em relação à sexualidade. Mesmo que a palavra “homossexualidade”, em 1997, não tenha sido totalmente silenciada semelhante ao ocorrido com a expressão “identidade de gênero” em 2014, o termo “orientação sexual” neutralizaria a questão da sexualidade prevalecendo um encaminhamento de cuidados de saúde e de gravidez (ALTMANN, 2001, p. 579), e não tanto a compreensão do aspecto histórico-cultural da homossexualidade e bissexualidade.

SD9: Quanto às questões sociais relevantes, reafirma-se a necessidade de sua problematização e análise, incorporando-as como temas transversais. As questões sociais abordadas são: ética, saúde, meio ambiente, **orientação sexual** e pluralidade cultural. (BRASIL, 1997a, p. 41)

Se, em 1997, a polêmica com os discursos contrários à sexualidade era em relação aos sentidos do termo “homossexualidade”, a conjuntura de 2014 inclui nas polêmicas políticas a necessidade do silenciamento do termo “identidade de gênero”. Entre 1997 e 2014, houve a mudança dos imaginários sobre o termo “gênero”. Reitera-se que, além de estar inexistente na BNCC, o termo “gênero”, fazendo referência às questões de identidade e sexualidade, foi silenciado por uma determinação política, conforme analisado na SD6. A novidade na conjuntura de 2014, o acontecimento, é o novo sentido de “gênero”.

Considerando a conjuntura histórica discursiva dos processos semânticos discursivos, entre 1997 e 2014, configurou-se o que se propõe entender como um acontecimento das questões de gênero. As leis e propostas curriculares atuais silenciam a palavra “gênero” por conta da discursividade que se desenvolveu sobre ela nos discursos políticos e teóricos ao longo da primeira década dos anos 2000.

Ressalta-se, nesse caso, que o sentido do termo “identidade de gênero” no discurso político contempla a demanda pela representação das transexualidades. Os discursos político e jurídico começam a tornar a questão transexual como um caso de interesse público a partir dos anos 2000. Para tal

entendimento, tem-se como base a resolução 1652/2002 (BRASIL, 2002) do Conselho Federal de Medicina, que autoriza hospitais públicos e privados a realizarem cirurgia de mudança de sexo; e o projeto de lei 5002/2013 (BRASIL, 2013), protocolado em 2013, que dispõe sobre identidade de gênero e nome social. Ou seja, a pauta da transexualidade como deslizando os sentidos da sexualidade e do binarismo homem / mulher no discurso político e jurídico é uma discursividade do início do século XXI, e não da década de 1990.

Identidade de gênero, circulando a noção de gênero do discurso teórico sobre gêneros, mobiliza um efeito de sentido de modo a tornar divergentes as noções de gênero e sexualidade e permite a extensão das definições dos sexos ao quebrar a homogeneidade designativa do sentido de ser homem e de ser mulher. Esse efeito de sentido não se encontrava na conjuntura de 1997. Desta forma, é possível compreender a ausência do termo “identidade de gênero” nos PCNs iniciais.

Sendo assim, pode-se concluir que as questões de gênero, no decorrer da primeira década do século XXI, configuraram-se como um acontecimento, quando uma atualidade se encontra com uma memória. As memórias por direitos dos homossexuais, da equidade de tratamento entre homens e mulheres, da noção de cidadania dos discursos pedagógicos curriculares encontraram-se com a atualidade da demanda dos transexuais alimentada pelos sentidos do discurso teórico da “teoria de gênero”.

Gênero, então, como acontecimento, afetou os imaginários em, no mínimo, três discursos: o político por direitos; o teórico que desconstrói a certeza das concepções naturalistas sobre o sexo; e o pedagógico afetado pelas demandas e resistências dos discursos políticos contrários e favoráveis à leitura do discurso teórico sobre o gênero.

Efeitos de Conclusão

O sentido foi lido não somente como um efeito do ideológico, mas também condicionado pelo equívoco. Os equívocos entre o político e o teórico foram abordados como base para compreender os deslizos dos sentidos de gênero e seus termos relacionados com duas formações ideológicas: identidade de gênero e ideologia de gênero.

O equívoco, como condição do sentido pela incompletude existente entre a certeza ideológica e o objeto a ser significado pela língua, mobiliza os deslizamentos dos sentidos. Além de o discurso teórico não configurar uma estabilidade do sentido de gênero, a passagem do efeito de sentidos do teórico para o pedagógico foi atravessada pelos efeitos das demandas políticas. Desta forma, gênero não seria exatamente um saber, mas um objeto a ser significado na discursividade da conjuntura política (direitos) e social (cidadania e respeito) de um período específico.

Gênero, entendido então como um acontecimento, não teria sua significação atrelada a um discurso específico, a exemplo do teórico ou do político. Seria, ele mesmo, um efeito de sentido, materializado nas disputas por significações em diferentes processos discursivos.

A proposta do discurso político de inserção das discussões de gênero nos projetos curriculares não contempla o conteúdo de gênero como um saber, pois, de acordo com o que foi abordado, na própria teoria de gênero desenvolvida no discurso teórico não há consenso sobre suas atribuições filosóficas, psicanalíticas e médico-biológicas.

Gênero, então, nessas disputas semântico-discursivas, é ele mesmo um efeito de sentido, um objeto em disputa por diferentes posições ideológicas. Seus efeitos são materializados nos corpos, seja nos corpos dos sentidos formulados linguisticamente, seja nos corpos dos sujeitos constituídos nesses efeitos de sentidos. Enunciado ou silenciado, os sentidos de gêneros não cessam de insistir nas formulações dos discursos políticos, teóricos e pedagógicos com seus respectivos imaginários.

Referências

- ALESSANDRIN, Arnaud. *Du transsexualism aux devenirs trans*. 2012. Tese. 372f. (Doutorado em sociologia) - Université Bordeaux Segalen, Bordeaux.
- ALTMANN, Hellena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, Vol. 9, n. 2: 575-585, Florianópolis, 2001.
- BALDINI, Lauro. Como desconstruir o que não se constrói? Quando o gênero faz questão. In: SOARES, A. S. & GARCIA, D. A. *Inquietações de gêneros e sexualidades: leituras na contemporaneidade*. Porto Alegre: Unioeste, Evangraf, 2017. p. 13-27.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a, <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>,30/05/2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>,30/05/2018.

BRASIL. *Resolução CFM nº 1652/2002*. Conselho Federal de Medicina. D.O.U, n 232, seção 1, 2 dez 2002. http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm,30/05/2018.

BRASIL. *Projeto de Lei 5002/2013*. Câmara dos Deputados, Brasília, s.ed, 2013. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>,30/05/2018.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024 (recurso eletrônico): Lei n.º 13.005, de 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara (Série legislação; n. 125), 2014. <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>,30/05/2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192,30/05/2018.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CONAE. *Conferência Nacional de Educação: documento – referência*. Fórum Nacional de educação. Brasília: MEC, 2014. http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf, 30/05/2018

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *CNBB divulga nota sobre a inclusão da ideologia de gênero nos Planos de Educação*. CNBB, 2015. <http://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>, 30/05/2018

FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas”? *Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2002. 245f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Unicamp, Campinas.

MARIANI, Bethânia. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 259f. Tese (Doutorado em Linguística) - Unicamp, Campinas.

_____. Silêncio e Metáfora, algo para se pensar. In: SEMINÁRIOS DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005, Porto Alegre (UFRGS). Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2005, <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/BethaniaMariani.pdf>, 30/05/2018.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 5, 1981, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981. p. 9-26.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Pontes Editores: Campinas, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4ª. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1997[1969].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995[1975].

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento* Campinas: Pontes, 1990.

PEREIRA, Graziela & BAHIA, Alexandre. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educar em Revista*, n. 39: 51-71, Curitiba, 2011.

GENDER IDEOLOGY OR GENDER IDENTITY? THE CONSTITUTIVE MISCONCEPTION IN CURRICULAR PROPOSALS

ABSTRACT

This article analyzes the effects of meanings on gender issues at the conjunctures of the school curriculum proposals in the decades of 1990 and 2000. Considering the discourse as an effect of meaning, the misconception between political and theoretical discourse is understood as motivating the change of meanings on gender discursivity. The gender will not be understood as a theoretical concept, but as an event in history and discourse.

KEYWORDS: gender identity; gender ideology; school curriculum.